

Protagonismo Feminino no Exército Brasileiro: integração hierárquica e transformação institucional (2024–2026)

Monick de Souza Quintas

Advogada. Mestranda em Direito, Ciências, Instituições e Desenvolvimento pela Universidade Católica de Brasília. Pós-graduada em Direito, Tecnologia e Justiça 4.0 pela Escola Nacional da Magistratura, em 2025. Pós-graduada em Direito Militar pelo CBEPJUR (Universidade Cândido Mendes), em 2019. Pós-graduada em Direito Público e Privado pelo UNIJUR (Instituto Savonitti), em 2018. Foi Membro da Comissão de Direito Militar da OAB/DF (2016-2018), Membro da Comissão Nacional de Direito Militar da ABA (2017-2019) e Presidente da Comissão Nacional de Direito Militar da ABA (2019). Coautora do Estatuto dos Militares Comentado – Edições 1 e 2, pela Editora Juruá, coautora de outros livros de Direito,

palestrante e autora de diversos artigos científicos.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1183-9381>

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2322714217701362>

E-mail: monickquintas@gmail.com

Data de recebimento: 06/03/2025

Data de aceitação: 14/03/2025

Data de publicação: 19/03/2025

RESUMO: Este artigo científico analisa a reconfiguração da identidade institucional do Exército Brasileiro a partir de dois marcos históricos simultâneos ocorridos entre 2024 e 2026: a indicação da Coronel Médica Cláudia Lima Gusmão Cacho ao oficialato-general e a incorporação das primeiras 1.010 mulheres por meio do Serviço Militar Inicial. O objetivo é investigar como a ocupação concomitante do topo estratégico e da base operacional pelas mulheres altera a dinâmica de poder e os paradigmas da caserna. Para tanto, adota-se abordagem qualitativa, baseada na análise documental de atos institucionais, dados oficiais do Ministério da Defesa e literatura especializada em sociologia militar e estudos de gênero. Ademais, o estudo discute o fenômeno do "teto de vidro" e a alta demanda social pelo serviço militar voluntário, evidenciada pelas mais de 33 mil candidatas inscritas. Os resultados sugerem que o EB transita de uma inclusão setorial para uma integração plena, em que a representatividade feminina deixa de ser uma exceção técnica para se tornar um componente estrutural da Força. A tendência é de que a presença feminina em todas as camadas hierárquicas consolide um novo modelo de profissionalismo militar no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Exército Brasileiro; generalato; gênero e forças armadas; serviço militar feminino; protagonismo feminino.

ENGLISH

TITLE: Female Protagonism in the Brazilian Army: Hierarchical Integration and Institutional Transformation (2024–2026).

ABSTRACT: This scientific article analyzes the reconfiguration of the institutional identity of the Brazilian Army based on two simultaneous historical milestones occurring between 2024 and 2026: the nomination of Medical Colonel Cláudia Lima Gusmão Cacho to the generalate and the enlistment of the first 1,010 women through the Voluntary Military Service. The objective is to investigate how the concurrent occupation of the strategic top and the operational base by women alters power dynamics and military paradigms. Through qualitative research and documentary analysis, the study discusses the "glass ceiling" phenomenon and the high social demand for voluntary military service, evidenced by over 33,000 registered candidates. The results suggest that the Brazilian Army is transitioning from sectoral inclusion to full integration, where female representation ceases to be a technical exception to become a structural component of the Force. The trend indicates that female presence across all hierarchical layers consolidates a new model of military professionalism in Brazil.

KEYWORDS: Brazilian Army; gender; female military service; generalate; protagonism.

SUMÁRIO

1 – Introdução 2 – O Ápice da Carreira – A Quebra do "Teto de Vidro" 3 – A Democratização da Base – O Alistamento Feminino 4 – A Intersecção e o Protagonismo: a Instituição Militar em profunda transformação 5 – Conclusão.

1 INTRODUÇÃO

A participação feminina nas Forças Armadas brasileiras percorreu um longo hiato entre o heroísmo isolado de figuras como Maria Quitéria, na Guerra da Independência, e a institucionalização definitiva do segmento feminino na década de 1980. Historicamente, a caserna foi configurada como um reduto de hegemonia masculina, no qual a presença da mulher era frequentemente limitada a funções de apoio, saúde e administração. No entanto, o século XXI trouxe uma reconfiguração nas relações de poder e na estrutura das carreiras militares.

O marco recente da indicação da Coronel Médica Cláudia Lima Gusmão Cacho¹ ao posto de General de Brigada em 2024 não representa apenas uma promoção individual, mas o rompimento do chamado “teto de vidro²” institucional. Esse fenômeno levanta questões cruciais sobre o protagonismo feminino: como a estrutura militar se adaptou à ascensão de mulheres aos postos de decisão? Quais barreiras culturais ainda persistem na transição da linha de saúde para a linha bélica? Este estudo propõe analisar essa trajetória, discutindo o impacto da representatividade feminina na cúpula estratégica do Exército Brasileiro e as perspectivas para a equidade de gênero na carreira das armas.

¹ A oficial ingressou no Exército em 1996 e construiu carreira na área de saúde militar, tendo exercido funções de comando hospitalar e direção administrativa no sistema de saúde do Exército. Informações biográficas detalhadas podem ser consultadas em reportagem publicada pelo jornal O Globo.

² No âmbito da administração pública e dos estudos organizacionais, o conceito de “teto de vidro” refere-se à existência de barreiras simbólicas, institucionais e culturais que restringem o acesso de mulheres e de outros grupos sub-representados aos níveis mais elevados da hierarquia decisória, mesmo quando possuem qualificação, desempenho e experiência compatíveis com tais posições. Trata-se de um fenômeno associado à chamada segregação vertical de gênero, caracterizado pela diminuição progressiva da presença feminina nos escalões superiores das organizações. Essas limitações não se manifestam, em regra, por meio de impedimentos formais, mas por mecanismos sutis de reprodução de padrões institucionais, expectativas sociais e dinâmicas de poder que acabam por favorecer trajetórias masculinas nas posições de liderança.

2 O ÁPICE DA CARREIRA – A QUEBRA DO “TETO DE VIDRO”

A indicação da Coronel Médica Cláudia Lima Gusmão Cacho ao generalato transcende o plano individual da trajetória profissional. Trata-se de um marco institucional que sinaliza a superação de um limite simbólico historicamente imposto às mulheres nas estruturas militares – o chamado “teto de vidro”. Ainda que a presença feminina no Exército tenha avançado progressivamente nas últimas décadas, sobretudo nas áreas técnicas e de apoio, o acesso ao círculo dos Oficiais-Generais permanecia como fronteira implícita, ainda não transposta.

A ruptura desse paradigma produz efeitos que extrapolam a própria oficial indicada. No plano organizacional, reforça-se a percepção institucional de que o sistema de progressão funcional opera segundo critérios formais de mérito e antiguidade, fundamentos estruturantes da carreira militar, desvinculado de condicionantes de gênero. No plano simbólico, altera-se o imaginário institucional acerca do comando estratégico, historicamente associado a uma representação masculina da liderança militar.

Sob a perspectiva da sociologia das organizações, o ingresso de uma mulher no generalato opera como mecanismo de legitimação interna e externa. Internamente, reafirma a coesão institucional ao demonstrar previsibilidade e equidade nas regras de ascensão. Externamente, projeta à sociedade a imagem de uma Força Armada alinhada aos princípios constitucionais da igualdade e da não discriminação, fortalecendo sua legitimidade democrática.

A quebra do multicitado “teto de vidro”, portanto, não configura apenas um avanço biográfico, mas a inauguração de uma nova etapa na cultura institucional do Exército Brasileiro. O ápice da carreira deixa de ser um espaço de exclusividade tácita para tornar-se horizonte real de possibilidade. O generalato, enquanto instância máxima de liderança estratégica, passa a refletir, ainda que gradualmente, a diversidade da própria sociedade que a Instituição existe para defender.

Assim, o evento não representa mera exceção histórica, mas o início de uma consolidação estrutural: o reconhecimento de que competência, liderança e compromisso para com a Pátria não se condicionam ao gênero, mas à excelência profissional e à vocação para o serviço militar.

Não obstante a Coronel Cláudia seja do quadro de saúde, sua promoção abre o precedente administrativo e jurídico para que as futuras oficiais da linha bélica (formadas na Academia Militar das Agulhas Negras) não encontrem resistências quando chegar o momento de suas promoções, mormente se for levada em consideração a formação da quinta turma de mulheres da AMAN, em novembro de 2025.

3 A DEMOCRATIZAÇÃO DA BASE – O ALISTAMENTO FEMININO

Enquanto o topo da hierarquia era alcançado por uma veterana com anos de serviço, a base da instituição recebia um influxo inédito de juventude e entusiasmo. Em 2 de março de 2026, o Ministério da Defesa realizou a primeira cerimônia de incorporação de mulheres ao serviço militar inicial feminino.

Os dados desse marco são expressivos:

- (i) Voluntariado: Houve uma procura de mais de 33 mil mulheres voluntárias em todo o país.
- (ii) Efetivo: Foram incorporadas 1.467 jovens nas Forças Armadas, sendo 1.010 destinadas especificamente ao Exército Brasileiro.
- (iii) Abrangência: As novas soldados foram distribuídas por 38 Organizações Militares, alcançando 51 municípios em 13 estados e no Distrito Federal.
- (iv) Simbolismo: O Ministro da Defesa, José Múcio, destacou que o evento é um "marco histórico", reforçando o compromisso com uma instituição integrada e moderna, embora o alistamento permaneça não obrigatório para mulheres.

Os dados apresentados revelam que o alistamento feminino não constitui episódio isolado, mas fenômeno de relevância sociológica e institucional. A expressiva procura voluntária – superior a 33 mil candidatas – demonstra que a abertura formal não foi meramente normativa, mas socialmente legitimada. Há, portanto, uma convergência entre vontade institucional e demanda social, elemento essencial para a consolidação de reformas estruturais em organizações tradicionais.

A incorporação de 1.467 jovens mulheres – das quais 1.010 destinadas ao Exército Brasileiro – não representa apenas ampliação quantitativa do efetivo, mas reconfiguração qualitativa da base operacional. A distribuição dessas militares por 38 Organizações Militares,

em 51 municípios de 13 estados e no Distrito Federal, indica que a integração não se concentrou em polos específicos ou unidades experimentais, mas assumiu caráter nacional e capilarizado. Trata-se de medida que evita a criação de “enclaves femininos” e favorece a normalização da presença da mulher no cotidiano da caserna.

Sob o prisma institucional, a democratização da base altera o próprio ciclo de formação da identidade militar. O ingresso simultâneo e coletivo de mulheres no serviço inicial inaugura uma geração que já se constitui integrada desde o primeiro contato com a vida militar, o que tende a produzir efeitos de longo prazo na cultura organizacional, nas relações de comando e na percepção social da profissão das armas.

É relevante observar que o caráter voluntário do alistamento preserva a simetria constitucional atualmente estabelecida, ao mesmo tempo em que amplia o espectro de cidadania militar feminina. A escolha pelo serviço, livremente manifestada, reforça o elemento vocacional da carreira e afasta a leitura de imposição estatal, consolidando a legitimidade democrática do processo.

A cerimônia de incorporação, ao ser qualificada pelo Ministro da Defesa como feito histórico, não se restringe ao plano retórico. Historicamente, as Forças Armadas estruturaram-se sob uma lógica predominantemente masculina, na qual a participação feminina era episódica ou restrita a funções específicas. A incorporação em larga escala, com capilaridade territorial e respaldo social expressivo, sinaliza que a integração deixa de ser experimental para tornar-se política pública consolidada.

Assim, enquanto o generalato feminino simboliza a superação do limite superior da hierarquia, o alistamento voluntário massivo representa a consolidação da base democrática da transformação. O topo rompe o teto; a base amplia o chão institucional. Entre ambos, estabelece-se um eixo de integração vertical que reconfigura o Exército Brasileiro não apenas em sua composição numérica, mas em sua própria autocompreensão identitária.

O protagonismo feminino, nesse contexto, não emerge como concessão circunstancial, mas como componente estruturante de uma nova etapa histórica da Instituição, etapa em que a defesa da soberania nacional passa a refletir, de modo mais fiel, a pluralidade da sociedade brasileira.

4 A INTERSECÇÃO E O PROTAGONISMO: A INSTITUIÇÃO MILITAR EM PROFUNDA TRANSFORMAÇÃO

O ano de 2026 inaugura no Exército Brasileiro um fenômeno que pode ser descrito, à luz da sociologia militar, como um processo de integração sistêmica. Diferentemente de períodos anteriores, em que a presença feminina se concentrava em nichos técnicos ou administrativos, observa-se agora um movimento simultâneo de transformação que atinge tanto o ápice quanto a base da hierarquia. A instituição passa a experimentar uma reconfiguração vertical de sua identidade.

A indicação da Coronel Médica Cláudia Lima Gusmão Cacho ao generalato não representa apenas a progressão funcional de uma oficial com trajetória consolidada; simboliza a superação de um limite estrutural historicamente não deslocado. Ao ingressar no círculo dos Oficiais-Generais – responsáveis pelo planejamento estratégico e pelo comando de grandes unidades – estabelece-se um novo horizonte de possibilidade institucional. O topo da hierarquia deixa de ser espaço implicitamente masculino e passa a refletir, ainda que de modo inaugural, a pluralidade social da própria Nação.

Paralelamente, a incorporação de 1.467 mulheres no serviço militar inicial, distribuídas por 38 Organizações Militares em 51 municípios, inaugura uma presença de massa na base operacional. O dado é ainda mais significativo quando considerado o alto número de voluntariado de candidatas, evidenciando que o protagonismo feminino não decorre de imposição normativa, mas de demanda social concreta. A capilaridade territorial dessa incorporação impede a formação de enclaves simbólicos e promove a normalização da presença feminina no cotidiano das unidades de tropa.

É dessa simultaneidade que emerge o chamado “efeito espelho institucional³”: a base passa a enxergar no topo um destino viável, enquanto o topo passa a representar de forma mais fiel a composição da base. A representatividade deixa de ser meramente simbólica e adquire função estruturante. Para as jovens incorporadas, a existência de uma mulher no generalato valida o sacrifício, a disciplina e a expectativa de progressão na carreira. Para a organização, reafirma-se a coerência entre discurso meritocrático e prática institucional.

Sob a perspectiva da teoria das organizações, a legitimidade do comando não se sustenta apenas na autoridade formal ou na antiguidade hierárquica, mas também na

³ Fenômeno próximo ao que a literatura organizacional denomina *role model effect*.

capacidade de refletir o corpo institucional que dirige. Quando mulheres ocupam simultaneamente posições estratégicas e operacionais, ocorre uma reconfiguração do imaginário organizacional: a identidade militar deixa de se ancorar em um arquétipo exclusivamente masculino e passa a incorporar, de forma estrutural, a dimensão feminina como elemento constitutivo da profissão das armas.

Não se trata de alteração meramente quantitativa, mas qualitativa. A presença feminina no alto-comando e na base influencia políticas de gestão de pessoal, formação, liderança e doutrina, exigindo constante aperfeiçoamento institucional para que a igualdade formal se traduza em igualdade material de oportunidades ao longo da carreira. Hierarquia e disciplina permanecem fundamentos inegociáveis; o que se amplia é o acesso aos caminhos que conduzem ao exercício do comando.

A intersecção entre base e cúpula encerra o ciclo histórico da “permissão” e inaugura o ciclo da “composição”. O Exército deixa de admitir mulheres como exceção funcional para constituir-se, em sua essência, por brasileiros e brasileiras em todas as instâncias hierárquicas.

Assim, tradição e modernização revelam-se dimensões complementares. O protagonismo feminino não representa ruptura com a identidade militar, mas sua atualização histórica. A integração sistêmica consolidada em 2026 sinaliza a maturação de um novo paradigma institucional, no qual mérito, liderança e serviço à Pátria independem de gênero e se afirmam como expressão plena da soberania nacional.

Sob a ótica da teoria organizacional e dos estudos sobre liderança e diversidade, a presença de modelos de referência (*role models*) em posições de alto-comando influencia diretamente a retenção de talentos e a projeção de trajetórias profissionais. Quando a jovem soldado identifica, na estrutura superior, alguém que compartilha de sua condição de gênero e que percorreu integralmente o sistema de progressão funcional, a carreira militar deixa de ser percebida como experiência transitória e passa a ser concebida como projeto de longo prazo.

Nesse sentido, a literatura especializada em sociologia militar aponta que a presença feminina em posições de liderança exerce impacto não apenas simbólico, mas também estrutural sobre as trajetórias profissionais das demais integrantes da instituição, ampliando horizontes de progressão e reforçando a percepção de viabilidade de ascensão na carreira militar (Carreiras, 2002).

Logo, a figura de uma Oficial-General atua como catalisador de permanência institucional. Mulheres que ingressam pelo serviço militar inicial podem visualizar, com maior nitidez, a possibilidade de prestar concursos para a Escola de Sargentos das Armas (ESA), para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) ou para os quadros complementares e de saúde, compreendendo que o topo hierárquico não é estruturalmente inacessível. O impacto é cumulativo: amplia-se não apenas o ingresso, mas a continuidade e a qualificação da presença feminina ao longo das diferentes etapas da carreira.

Do ponto de vista estratégico, isso fortalece a sustentabilidade da transformação institucional. Reformas que não produzem retenção tendem a gerar ciclos de entrada e evasão; ao contrário, a construção de perspectivas reais de ascensão consolida capital humano, experiência operacional e diversidade de liderança. A integração sistêmica, portanto, não se limita à abertura formal de vagas, mas envolve a criação de um ambiente organizacional capaz de estimular permanência, progressão e excelência.

Além disso, a coerência entre discurso meritocrático e prática efetiva reforça a confiança interna no sistema de avaliação e promoção. A percepção de justiça organizacional é fator determinante para o comprometimento institucional. Quando a progressão ao generalato se mostra possível a partir de critérios objetivos de mérito e antiguidade, fortalece-se a crença coletiva na previsibilidade das regras e na neutralidade do sistema.

Dessa forma, o “efeito espelho institucional” opera em duas direções complementares: simbólica e estrutural. Simbólica, porque redefine o imaginário da liderança militar; estrutural, porque impacta diretamente os fluxos de retenção, formação e ascensão profissional. A presença feminina simultânea na base e na cúpula não apenas altera a imagem da instituição, mas influencia seu próprio ciclo de reprodução de quadros.

Diante dessas premissas, a consolidação dessa integração no plano institucional revela mais do que um marco evolutivo: representa a formação de um modelo organizacional sustentável, no qual critérios como mérito, liderança e compromisso com o serviço à Pátria se afirmam de maneira independente de distinções de gênero, configurando-se como manifestação concreta dos valores que estruturam a soberania nacional.

5 CONCLUSÃO

Imperioso destacar que o Exército Brasileiro atravessa um ponto de inflexão institucional de grande significado histórico, configurando processo de transformação institucional que dialoga com tendências observadas em forças armadas de outras democracias contemporâneas. Deixa de ser uma organização que apenas “admite” mulheres em nichos tradicionalmente delimitados – como saúde e administração – para afirmar-se como uma instituição verdadeiramente “composta por” homens e mulheres em todas as suas dimensões estruturais, operacionais e estratégicas. Trata-se de uma transformação que não é meramente quantitativa, mas qualitativa, pois altera a própria compreensão da identidade institucional e do conceito de carreira militar no século XXI.

A indicação da Coronel Cláudia representa, nesse contexto, mais do que um marco individual: simboliza a consolidação do princípio do mérito como critério exclusivo de ascensão na hierarquia militar. Sua trajetória evidencia que liderança, preparo técnico, capacidade estratégica e compromisso com a missão constitucional das Forças Armadas são atributos desvinculados de qualquer marcador de gênero. Ao mesmo tempo, o ingresso das soldados voluntárias revela que a sociedade civil feminina não apenas reivindica espaço, mas demonstra disposição concreta de assumir responsabilidades na defesa da pátria, reforçando o vínculo entre Forças Armadas e sociedade.

O ano de 2026, portanto, projeta-se como um divisor de águas na história do Exército de Caxias. Não se trata apenas de ampliação de quadros, mas da consolidação de uma cultura organizacional fundada na igualdade de oportunidades e na valorização do talento. A nova organização hoje observada – que alcança a formação, o comando, a linha bélica e as funções estratégicas – pavimenta o caminho para que, no futuro, oficiais oriundas das armas combatentes alcancem o generalato, fechando um ciclo institucional que rompe definitivamente com barreiras históricas.

Mais do que um avanço interno, essa transformação fortalece a legitimidade democrática da instituição militar, que passa a refletir, de forma mais fiel, a pluralidade da sociedade brasileira que jurou defender. Ao incorporar plenamente homens e mulheres na mesma missão constitucional, o Exército reafirma seu compromisso com os valores

republicanos, com a eficiência operacional e com a construção de uma defesa nacional que se sustenta na excelência e na igualdade.

Assim, o movimento observado não representa apenas inclusão, mas amadurecimento institucional – um passo decisivo na consolidação de um Exército moderno, meritocrático e alinhado às exigências contemporâneas da defesa e da cidadania.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Exclusão social e violência. *Revista USP*. São Paulo, n. 33, 1997.

AQUINO, Mariana Queiroz; ASSAD, Camila Barbosa. *Conhecendo a proteção jurídica à mulher militar*. Brasília, DF: Superior Tribunal Militar, Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, 2020. 30 p. Disponível em: https://ejm.tjmmg.jus.br/wp-content/uploads/2024/11/Conhecendo_a_protecao_juridica_a_mulher_Militar.pdf. Acesso em: 03 mar. 2026.

ATAÍDE, Luana Cavalcanti de Melo; ALVES, Ana Elisabeth de Brito; ALEIXO, Ana Cláudia de Lima; SOUZA, Denise Clementino de. Fissuras no teto de vidro! Uma análise a partir das mulheres em organizações militares. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 11, 2025. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2600>. Acesso em: 5 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Estatísticas do Serviço Militar Inicial Feminino 2026*. Brasília, 2026.

CARREIRAS, Helena. *Mulheres em Armas*. A participação militar feminina na Europa do Sul. Lisboa: Edições Cosmos. Instituto da Defesa Nacional, 2002.

COSTA, Andreza Nazareth da. Atuação feminina na defesa nacional. *Revista FT*, v. 27, ed. 121, 25 abr. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7865429. Disponível em: <https://revistaft.com.br/atuacao-feminina-na-defesa-nacional/>. Acesso em: 03 mar. 2026.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *Almanaque de Oficiais: Promoções ao Generalato*. Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército, 2024.

FRANCISCO, Renata de Souza; BILA, Fábio Pessanha. As mulheres e o militarismo: desafiando o conceito tradicional de soldado. In: *2º Encontro Internacional História & Parcerias*, Anais [...] Rio de Janeiro, RJ, 21-25 out. 2019. p. (...) Disponível em: <https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/>

hep2019/1570579097_ARQUIVO_c8939258db434e6a8519468dfa28ae11.pdf. Acesso em: 03 mar. 2026.

ENLOE, Cynthia. *Does Khaki Become You? The Militarization of Women's Lives*. London: Pandora Press, 1988.

JANOWITZ, Morris. *The Professional Soldier: A Social and Political Portrait*. Free Press, 1960.

MACHADO, Cristina. Protagonismo feminino e promoção da igualdade de gênero na administração pública. *Revista do TCU*, Brasília, v. 156, n. 1, p. 13-20, jul./dez. 2025. DOI:<https://doi.org/10.69518/RTCU.156.13-20>. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/2487/2033>. Acesso em: 5 mar. 2026.

MARIANI, T. A. Mulheres nas Forças Armadas: protagonismo, trajetórias e desafios. *Revista do Ministério Público Militar*, v. 49, n. 36, p. 313–328, 2023. Disponível em: <https://revista.mpm.mp.br/rmpm/article/view/37>. Acesso em: 03 mar. 2026.

MATHIAS, Suzeley Kalil; ADÃO, Maria Cecília Oliveira. Mulheres e Vida Militar. *Cadernos Adenauer*, n. 3, Fundação Konrad Adenauer, Rio de Janeiro, 2013. 21 p. Disponível em: https://www.kas.de/documents/252038/253252/7_file_storage_file_11289_5.pdf/53597158-3c06-e238-0375-48db8c7e8b1d. Acesso em 06 mar. 2026.

QUINTAS, Monick de Souza *et al.* *Estatuto dos Militares Comentado*. Jorge Cesar de Assis (coord.). 2. ed. Curitiba: Juruá, 2021.

ROCHA, Maria. A mulher militar e sua integração nas forças armadas. *Revista CEJ*, Brasília, v. XX, n. 72, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2256>. Acesso em: 03 mar. 2026.

SEGAL, Mady Wechsler. The military and the family as greedy institutions. *Armed Forces & Society*, v. 13, n. 1, p. 9–38, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/45305754>. Acesso em: 6 mar. 2026.

SEGATO, Rita Laura. *A Guerra contra as Mulheres*. Salvador: Sans Souci, 2018.

SILVA, Alessandra Rosa da; MATOS, Fátima Regina Ney; MACHADO, Diego Queiroz; BARATA, Maria João. Relações de gênero no ambiente militar: o efeito teto de vidro. *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais: Avanços e Desafios*, v. 14, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36367/ntqr.14.2022.e725>. Disponível em: arquivo PDF. Acesso em: 03 mar. 2026.